

Corpo e feminismos contemporâneos: da estética do real à carne da multidão

Ana Beatriz Rangel Pessanha da Silva¹

Resumo

Este artigo busca compreender algumas mobilizações das noções de corpo feminino por parte dos discursos feministas contemporâneos, especialmente a noção de corpo real e transgressão da normatividade estética do feminino presente tanto nos movimentos de resistência, quanto nas apropriações mercadológicas das reivindicações de liberação feminista. Analisaremos as tensões e potências entre os conceitos de real e de corpo, em diálogo com as reflexões da filósofa Beatriz Preciado, em relação os pares natureza/cultura, técnica/artificialidade, bem como suas relações com a atual configuração das lutas em rede — na qual se insere o movimento feminista — e o conflito corpo político versus carne da multidão, proposto por Negri e Hardt.

Palavras-chave: gênero; estética; corpo; política

“Moça, comece uma revolução: pare de odiar seu corpo”. Essa é a frase estampada em um blog feminista², no *post* que tinha como objetivo divulgar um *crowdfunding* para financiar uma revista feminina *online* que prometia quebrar os estereótipos da mídia tradicional, convocando uma “guerrilha feminista” para fazer “a primeira revista feminina que seja pra você de verdade (...) não te dizer que tipo de mulher você deve ser, mas te dar as ferramentas pra você decidir sozinha”. Ao longo do texto, percebemos que o “você de verdade” mobiliza, sobretudo, algumas noções de corpo feminino que vem reaparecendo constantemente nas reivindicações do feminismo contemporâneo — a mulher real ou o corpo feminino real em oposição à dominação do corpo artificial, “perfeito” presente em grande escala nas representações femininas na mídia tradicional e nos produtos destinados ao público feminino. No projeto fotográfico “Nós madalenas: uma palavra pelo feminismo”³, a ideia é fotografar mulheres comuns, estampando em seus corpos uma palavra que escolheram para representar o feminismo. Segundo a fotógrafa responsável pelo projeto, “nos cem retratos em preto e branco, naturais e sem edição em *photoshop*, com o intuito de quebrar o padrão estético surreal criado e imposto pela mídia, nos deparamos com a beleza de mulheres reais, corajosas, cheias de originalidade, mostrando-nos que além de serem únicas, possuem cada uma a sua perfeição”. Esse é apenas um dos vários projetos que seguem a mesma proposta e se espalham pela rede tentando alcançar visibilidade, usando estratégias de financiamento coletivo e divulgação dos blogs feministas.

O objetivo deste trabalho é entender como esses exemplos são sintomáticos das novas formas de mobilização das noções de corpo no feminismo, como se dá o funcionamento das resistências e apropriações pelo capital dessas noções, que continuidades e discontinuidades elas apresentam em relação às reivindicações históricas do feminismo e como se relacionam com o novo cenário das insurgências e organizações políticas do nosso tempo.

A chamada segunda onda das lutas feministas, nos anos 1960/70, trouxe para o rol de reivindicações — centradas anteriormente, na primeira onda, na conquista do voto e do espaço político — questões ligadas ao corpo, à sexualidade e às relações de poder domésticas. Com o lema “o pessoal é político”, as feministas invertiam a lógica dominante dos movimentos de esquerda do século XX, marcados por um determinismo economicista que, muitas vezes, enquadrava as lutas por igualdade de gênero como “desvios burgueses” que perturbavam a marcha sempre em frente da revolução operária. Como mostra a historiadora Raquel Soihet, no livro *Feminismos e antifeminismos*, o feminismo no Brasil,

1 - Mestranda em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ). Graduada em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela ECO-UFRJ. Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: cibercultura, gênero, política e subjetividade e estética.

2 - Post do blog “Escreva Lola, escreva”: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2015/06/as-revistas-femininas-nao-precisam-mais.html>. Último acesso: 9/9/2015.

3 - Matéria de referência sobre o projeto no blog “Lugar de Mulher”: <http://lugardemulher.com.br/nos-madalenas-uma-palavra-pelo-feminismo/>. Último acesso: 9/9/2015; Blog do projeto: <http://nosmadalenas.tumblr.com/>. Último acesso: 9/9/2015.

sobretudo no período da segunda onda, enfrentava muitas resistências não só pelos grupos conservadores, mas principalmente dentro do próprio movimento de esquerda e no Partido Comunista. Segundo a pesquisadora e segundo os depoimentos das próprias participantes do antigo Centro da Mulher Brasileira (CMB, criado em 1975 como um movimento organizado pelo direito das mulheres) descritos no livro, a influência dos grupos de esquerda no CMB era marcante, mas muitas vezes autoritária e de forma a desqualificar as práticas centradas nas discussões que ultrapassavam as questões da mulher trabalhadora e se deslocavam para os debates sobre sexualidade, corpo, violência doméstica e relações de poder no lar. Na própria União Soviética pós-revolução de 1917, apesar dos vários avanços com relação ao direito das mulheres – legalização do aborto e do divórcio, conquista do voto e da elegibilidade feminina – para os marxistas e os revolucionários em geral “o combate puramente feminista era um desvio burguês”, como mostrou Françoise Navailh, no livro *História das Mulheres no Ocidente V.5*. Alexandra Kollontai, uma das primeiras militantes feministas do regime comunista na URSS a relacionar sexualidade e luta de classes em seus livros, denunciando o sistema desigual da família nuclear para além da crítica burguesa, foi condenada e perseguida por “encorajar a anarquia sexual e a desordem na vida privada que gera agitação contra-revolucionária” (NAVAILH *apud* DUBY; PERROT, 1995, p.283).

O problema do corpo no feminismo surge, portanto, com força na segunda vaga do movimento – enfrentando as limitações teóricas da esquerda ortodoxa – e reaparece nas recentes manifestações das lutas de gênero, que reemergiram, sobretudo, a partir dos últimos anos da década de 2010, marcadamente com os protestos da Marcha das Vadias pulverizando-se por inúmeras cidades do mundo ocidental, mas também nos coletivos de mulheres que travam suas lutas locais e nos discursos midiáticos fora de movimentos organizados. O problema do corpo, no entanto, para além da imersão nos temas da violência e da liberdade sexual, reaparece denunciando o lugar da normatização estética na opressão feminina. Frequentemente a mídia tradicional, sobretudo as revistas femininas, são apontadas como as estabelecedoras de um padrão estético “irreal”, especificamente para o corpo da mulher, causador de sofrimento e dominação.

A libertação das normatividades estéticas do corpo feminino aparece então como um novo projeto de liberação feminista na contemporaneidade.

Gostaríamos, no entanto, de refletir mais atentamente sobre o termo “mulher real” ou “corpo real” que vem se manifestando constantemente nos discursos das reivindicações feministas e que também já aparecem cooptados pelos discursos do consumo nas campanhas publicitárias.

O corpo, o real e suas armadilhas discursivas

O termo “real” que vem adjetivando “mulher” e “corpo” nos discursos citados pode manifestar algumas acepções muito esclarecedoras sobre as noções de corpo pretendidas por essas reivindicações. O primeiro par de conceitos seria o real como oposição à técnica e ao artifício – “retratos em preto e branco, naturais e sem edição em *photoshop*” – e como posituação do imperfeito – “Queremos ser vistas com nossos pneus, quilos a mais e celulites, sem correções. Sem apertados de cintas e shorts que tentam sufocar a liberdade de nossos corpos”⁴. O segundo par seria o real como o território do singular e da ausência de normatividade – “nos deparamos com a beleza de mulheres reais, corajosas, cheias de originalidade, mostrando-nos que além de serem únicas, possuem cada uma a sua perfeição”.

É preciso reconhecer a condição estratégica de representar corpos femininos fora da cadeia normatizante das representações midiáticas, que impulsionam a insatisfação permanente como motor do consumo feminino. No entanto, é preciso observar atentamente as armadilhas discursivas que a oposição real/artificial, no que tange o corpo feminino – aí representada pelas técnicas de tratamento de imagem e pela dominação midiática tradicional –, apresenta nesse tipo de acepção, que acaba se aproximando de binarismos da modernidade como natureza/cultura. A pesquisadora Beatriz Preciado, no seu livro *Manifesto Contrassexual*, mostra como essas oposições paradigmáticas marcaram até mesmo a crítica feminista. A criação do sistema sexo/gênero, sendo o primeiro um destino natural e o segundo uma categoria histórica e socialmente constituída, embora tenha desempenhado um papel fundamental na ruptura da essencialização naturalizante da categoria mulher, guarda a ideia de que o sexo pode ser o último resquício de natureza, como observou Preciado. Segundo a autora, esse é o tipo de noção que persiste em um pressuposto metafísico: oposição entre

4 - Citação retirada de um texto de elogio a capa da revista Elle que trouxe uma mulher fora dos padrões de magreza, no blog feminino Lado M: [http://www.lado-m.com/a-capa-da-elle-porque-ate-as-gordas-podem-estar-na-capa/](http://www.lado-m.com/a-capa-da-elle-porque-ate-as-gordas-podem-estar-na-cap/)

corpo vivo (limite ou ordem primeira) como natureza, e máquina inanimada (libertadora ou perversa) como tecnologia (PRECIADO, 2014, p.148). Seguindo a linha de argumentação de Donna Haraway em *Manifesto Ciborgue*, Preciado revela como a noção de “tecnologia” é uma categoria-chave na estruturação dos conceitos de espécie (humano/não-humano), gênero (masculino/feminino), raça (branca/negra) e cultura (avançada/primitiva). Na narrativa colonialista, o homem branco é aquele que domina as técnicas e instrumentos, enquanto os indígenas e as mulheres se caracterizam por “fazer parte da natureza”. Apesar de todo o esforço da teoria feminista em historicizar o corpo feminino, retirando-o de suas categorias essencializantes, outros essencialismos foram produzidos quando a tecnologia permanece nesse tipo de crítica como um conjunto de técnicas — dos métodos contraceptivos às tecnologias do parto — que objetivam, controlam e dominam o corpo das mulheres. É como se a natureza tivesse que resistir ao infundável esforço histórico da cultura/técnica, por meio da sociedade patriarcal, em dominar o corpo feminino — enquanto persiste o binarismo sexo/gênero. A tentativa de Beatriz Preciado é mostrar que tanto sexo quanto gênero são constituições tecnológicas, aplicando a noção foucaultiana da tecnologia como um complexo dispositivo de saber e poder, e imaginar as tecnologias como possíveis lugares de resistência à dominação.

A abertura de parte do movimento feminista atual para as causas da transexualidade oferece um possível histórico em aberto para mais um movimento de desessencialização da categoria mulher, agora no sentido de reconhecer que todo corpo é tecnicamente constituído, com seus “órgãos prostéticos” como chamou Preciado, e que a técnica pode ser criadora de singularidades do “ser mulher”. Como vimos, a reivindicação de um “corpo real” ou “mulher real”, em oposição ao “artificial” apesar de estratégica para certo contexto, pode facilmente cair no risco de criar outras naturalizações do feminino. Na acepção de território do real como aquele das singularidades e de ausência de uma unidade normatizadora, ao contrário, reside uma potência de resistência, quando não colocada em oposição à técnica e ao artifício, mas como um território em que as tecnologias são reguladas por práticas de liberdade e não por jogos de verdade, para usar conceitos foucaultianos. Na construção das subjetividades tudo é artifício e “o corpo conectado se transforma na prótese pensante do sistema de redes” (PRECIADO, p.167, 2014).

A noção de práticas de liberdade em Foucault parece crucial para analisar os fenômenos citados. *Em Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política*, o autor faz uma diferenciação entre práticas de liberdade e práticas de liberação:

Se tomarmos o exemplo da sexualidade, é verdade que foi necessário um certo número de liberações em relação ao poder do macho, que foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa tanto à heterossexualidade quanto à homossexualidade; mas essa liberação não faz surgir o ser feliz e pleno de uma sexualidade na qual o sujeito tivesse atingido uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade. (FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política. p.267)

Para Foucault, portanto, não basta liberar o desejo, apesar da importância histórica que movimentos dessa natureza tiveram, porque a liberação leva a outras relações de poder, o que na teoria foucaultiana não representa um “mal em si”, mas sim jogos estratégicos entre forças, que devem ser alvo de uma preocupação em não serem transformados em práticas de dominação. Da mesma forma, podemos pensar que para construir um corpo feminino livre das dominações da normatização estética, não basta liberar-se da “artificialidade” da técnica que falseia o “real”, mas construir com a técnica práticas de liberdade que possam reger suas relações de poder.

Esse conceito de práticas de liberdade parece ser melhor explicado em outra entrevista do autor, “L’amitié comme mode de vie”. Ao falar sobre o tema da homossexualidade, ele propõe que o que devemos trabalhar “não é tanto em liberar nossos desejos, mas em tornar a nós mesmos infinitamente mais suscetíveis a prazeres”. A questão giraria em torno de como, no lugar da homossexualidade delimitar apenas uma prática sexual ou uma verdade do desejo, ela pode inventar um sistema relacional e afetivo outro, um “modo de vida” que não seja normatizado por formas relacionais institucionalizadas. Para Foucault, a homossexualidade é “uma ocasião histórica para reabrir virtualidades relacionais e afetivas”. As práticas de liberdade seriam, portanto, uma capacidade reorganizar os afetos e os sistemas sociotécnicos de forma a inventar lugares para além dos jogos de verdade e normatividade. O autor cita ainda, como na

amizade entre mulheres, historicamente, foi construída uma relação em que se tinha um acesso mais livre ao corpo uma das outras, construindo uma “homossexualidade sem relação sexual”, ou seja, criando um lugar de troca de afetos, que de alguma forma era interdito ao mundo da amizade masculina, e que não tinha centralidade na prática sexual. Nesse sentido, o feminismo hoje, assim como as políticas de identidade em geral, tem como desafio criar esses possíveis para além das lutas por reconhecimentos institucionais, reparações jurídicas e os embates mesquinhos entre masculino X feminino.

O corpo político e a carne da multidão

Para além de analisar os discursos presentes nas manifestações do feminismo contemporâneo, é preciso refletir sobre algumas questões de ordem estrutural que podem ser igualmente esclarecedoras. No capítulo “Resistência”, do livro *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, Antonio Negri e Michael Hardt fazem uma breve genealogia dos movimentos de resistência, mostrando as transformações nos modos de organização – do exército popular no início da Modernidade, passando pela guerrilha nos anos 1960, até a formulação em rede da contemporaneidade. Enquanto o exército popular realizava uma estrutura plenamente centralizada e hierárquica e as guerrilhas, formas transitórias de democracia, logo dissolvidas na organização de poder pós-revolucionária, as mobilizações em rede se estruturam de forma policêntrica e não hierárquica, se desenvolvendo no terreno biopolítico, de modo a produzir novas subjetividades e novas formas de vida. Nos movimentos das chamadas “políticas de identidade”, que incluem as lutas raciais e dos direitos homossexuais, nascidas, sobretudo, no seio do movimento feminista, a ausência de hierarquia centralizadora, reconhecem os autores, sempre foi uma particularidade de sua estrutura:

“A característica organizacional mais importante desses diferentes movimentos é a insistência na autonomia e a recusa de qualquer hierarquia centralizada, de líderes ou porta-vozes. De sua perspectiva, o partido, o exército popular e a moderna força guerrilheira parecem igualmente falidos, por causa da tendência dessas estruturas para impor a unidade, negar suas diferenças e subordiná-los aos interesses de outros.” (NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. p.124.)

As manifestações contemporâneas do feminismo são fortemente marcadas pela estrutura descentralizada da rede, na pulverização dos coletivos nas lutas locais e globais e na diversidade das estratégias estéticas de visibilidade. Como observaram Negri e Hardt, para as políticas de gênero, sexualidade e raça, a preservação da diferença e esforço por não fazer unidade são preocupações especialmente relevantes, porque é justamente na liberação e na liberdade dos *modos de vida* que se concentram as lutas, mesmo com os eventuais fracassos em realizar plenamente esse ideal, como mostra a crítica da crítica feminista, no exemplo de Beatriz Preciado.

Na genealogia dos movimentos de resistência, os autores mostram como o problema da dupla contraditória identidade-diferença permanecia na Modernidade como o dilema do sacrifício da diferença diante da suposta necessidade de unidade para alcançar os objetivos revolucionários. Para Negri e Hardt, esse dilema se dissolve na emergência da carne da multidão, em oposição ao corpo social/político moderno. Na primeira, o velho dilema é substituído pela dupla complementar partilha/singularidade, por meio da qual não se achatam as diferenças, mas emerge a potência das singularidades que se expandem no trabalho em cooperação na construção do comum. Enquanto o corpo político se organiza na hierarquização dos órgãos sociais, a carne da multidão é “puro potencial, uma força informe de vida, e neste sentido um elemento do ser social constantemente voltado para a plenitude da vida” (NEGRI e HARDT, 2005, p.251).

No entanto, para o feminismo, o problema do corpo permanece, com e para além das estruturas de mobilização, como construção subjetiva que fundamenta as insurgências políticas. Como construir a partir da carne da multidão, onde se pulverizam os coletivos e as ações políticas feministas, um novo corpo ao qual reivindicar realização, que não seja hierarquia e unidade? Nesse sentido, Merleau-Ponty oferece uma boa alternativa conceitual, ao comparar o corpo próprio à obra de arte. Para o filósofo, as obras de arte são como indivíduos, seres que não se pode “distinguir a expres-

são do expresso”, do qual só é possível apreender o sentido por contato direto. O corpo, como a obra de arte, é um “nó de significações vivas e não a lei de um certo número de termos co-variantes” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.210). O ser corpo, para Merleau-Ponty, é estar atado a um certo mundo, compondo unidade sem estar subjugado a uma lei. Como na estética da existência proposta por Foucault, fazer da própria vida uma obra de arte, consiste em escapar aos jogos de verdade que colocam a lei da normatividade no comando do processo de subjetivação. No entanto, todas essas proposições exigem um trabalho de desconstrução das divisões metafísicas da Modernidade, que ainda permanecem balizando nossas noções de corpo próprio e corpo político. Beatriz Preciado descreve muito bem esse processo que faz o corpo subjugado a uma lei de coerência e unidade – é na diferença sexual que esse processo aparece de forma mais marcante. Na ordem das atribuições de gênero, masculino/feminino, os órgãos sexuais são as zonas geradoras da totalidade do corpo denominado humano – o corpo hermafrodita ou assexuado é considerado monstruoso. Segundo Preciado, os órgãos sexuais não são apenas “reprodutores”, mas produtores da coerência do corpo enquanto humano.

Apesar da persistência da importância das práticas de autonomia ligadas ao corpo individual no feminismo, agenciando e resistindo com as artificialidades que produzem e desconstruem o gênero, corpo e “carne da multidão” não precisam repetir o sistema de contradição do par identidade/diferença, como mostraram Negri e Hardt. Um dos desafios emergentes do feminismo contemporâneo consiste, portanto, em dissolver essa hierarquia da diferença sexual — produtora de hierarquias subsequentes do humano/não humano, cultura/natureza — como vem se dissolvendo as centralidades e hierarquias das insurgências políticas no sistema de cooperação e mobilização em rede, e que com a potência informe da carne da multidão, o corpo possa ser então, a representação de singularidades na produtividade biopolítica.

Referências:

DUBY, Georges; PERROT, Michele. História das mulheres no Ocidente v.V. Lisboa: Afrontamento, 1995.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. “De l’amitié comme mode de vie”, Entrevista R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux, *Jornal Gai Pied*, nº25, p39.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michel. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual. São Paulo, n-1 edições, 2014.

SOIHET, Raquel. Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.